

O discurso do eleitorado

Se há uma história das eleições (a série dos números, com as suas oscilações no tempo e no espaço, com as suas distribuições pelos partidos, com as suas rejeições dos votos brancos e nulos e com os seus silêncios dos abstencionistas), também há uma história da interpretação das eleições (os comentários que são feitos em cada eleição, como se cada uma contivesse a resposta definitiva para o enigma da formação do poder em democracia, porque é essa a impressão que os comentadores transmitem quando essencializam esses resultados concretos de uma eleição como se eles fossem absolutos e válidos por um tempo longo). Se os números e as distribuições mudam de uma eleição para a outra porque os eleitores assim querem, os comentários que garantiam terem encontrado a resposta definitiva quando analisam uma eleição também mudam, porque é da natureza dos comentadores continuarem a comentar, sobrevivendo ao efeito das ondas criadas pelas variações da vontade dos eleitores. Os candidatos às eleições, vencedores ou vencidos, são o factor intermédio que se situa entre os eleitores e os comentadores, precisando de ambos para celebrarem a vitória (como se ela fosse definitiva) ou para sobreviverem à derrota (como se ela fosse apenas provisória), todos sabendo que precisam dos outros para assegurar o regular funcionamento dos procedimentos democráticos.

Sub aeternitatis specie: a natureza da democracia implica o direito da mudança da vontade dos eleitores que procuram satisfazer as suas expectativas, o que legitima a mudança nas interpretações que são propostas pelos comentadores para assim poderem continuar a ser comentadores, o que oferece a oportunidade aos protagonistas políticos para recuperarem de uma derrota eleitoral e para voltarem a prometer satisfazer as expectativas dos eleitores como se nada tivesse acontecido na última eleição. A intensidade das oscilações na história das eleições (produto da frustração das expecta-

tivas dos eleitores) não tem correspondência com a longevidade das carreiras dos comentadores (cuja credibilidade deveria depender do rigor das suas apreciações) e dos protagonistas políticos (cuja legitimidade deveria depender da estabilidade dos resultados eleitorais).

Esta discrepância entre a história das eleições, a história das interpretações das eleições e a história dos protagonistas políticos é um tema central para uma teoria dos comportamentos eleitorais e esta, por sua vez, é uma condição necessária para que se possa encontrar uma resposta para o enigma da formação do poder. Se a fonte da legitimidade do poder em democracia é o eleitorado, como é que ele estabelece as suas escolhas a partir da multiplicidade das expectativas dos eleitores, concorrentes entre si e até contraditórias? Tendo feito a sua escolha numa eleição (justificando os comentários entusiasmados dos que explicam a naturalidade, ou até a inevitabilidade, dessa escolha), o que leva o eleitorado a escolher de maneira diferente noutra eleição, voltando a justificar as apreciações (geralmente formuladas pelos mesmos comentadores) que a explicam como a escolha natural, porventura inevitável? Quanto tempo é preciso para que a escolha do eleitorado evolua de uma fórmula política para outra? Se o objectivo dos protagonistas políticos nas eleições é estabelecer a garantia de que satisfarão as expectativas dos eleitores, será possível ganhar eleições revelando a realidade dos factos que ponha em causa essas expectativas? Quem ganhar as eleições ocultando ou distorcendo a realidade dos factos poderá exercer o poder duradouramente quando tem de enfrentar a verdade efectiva das coisas? Poderão os comentadores das eleições estabelecer as suas apreciações sem se pronunciarem sobre o realismo das expectativas dos eleitores e sobre a viabilidade e sustentabilidade das propostas dos protagonistas políticos?

Estudar as correntes eleitorais (as curvas formadas por sucessivas eleições), tal como estudar as correntes marítimas e atmosféricas e as suas inter-relações nas mudanças climáticas e nas catástrofes naturais, é um trabalho delicado e paciente, onde a procura de respostas definitivas e de garantias eternas parece ser incompatível com a natureza — dinâmica ou volúvel, indeterminada ou inesperada — do que se estuda. Ainda que cada entidade (eleitores, comentadores, candidatos) se esforce por preservar a sua identidade (e os seus interesses), a mudança (e a mutação) da realidade efectiva das coisas impossibilita a reprodução da mesma configuração por um tempo longo. Por isso, devem ser louvados os esforços dos que procuram estabelecer referenciais que permitam observar e interpretar os movimentos das correntes. Mesmo que não encontrem a resposta definitiva (que é incompatível com a natureza das eleições em democracia), ajudam a estabelecer o sentido desses movimentos e podem oferecer o modo de interpretação das mudanças e das mutações.

Este é o enquadramento em que serão aqui considerados três livros sobre os dispositivos, procedimentos e comportamentos nas eleições em Portugal: André Freire, *Modelos de Comportamento Eleitoral, Uma Breve Introdução Crítica*, Lisboa, Celta, 2001; André Freire e Pedro Magalhães, *A Abstenção Eleitoral em Portugal*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2002; André Freire, Marina Costa Lobo e Pedro Magalhães, *Portugal a Votos — as Eleições Legislativas de 2002, Comportamento Eleitoral e Atitudes Políticas dos Portugueses*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2004. A consideração conjunta destas obras não deve desvalorizar as suas singularidades nem prejudicar o reconhecimento dos méritos de cada uma. Foram escolhidas porque a sua qualidade e a sua relevância permitem explorar a sua complementaridade e isolar uma dificuldade que é comum à generalidade dos textos sobre a teoria das eleições, a escolha da perspectiva de observação, de que deriva uma indeterminação essencial.

O que é eficaz na interpretação de uma eleição isolada, de um ponto numa série, não serve para interpretar a série das eleições, o movimento ou a dinâmica eleitoral. O que é eficaz para interpretar uma série de eleições, uma dinâmica, não serve para interpretar cada eleição dessa série, que é uma singularidade associada à sua conjuntura. Na análise dos resultados eleitorais, ou se isola o ponto, ou se considera o movimento. O mesmo tipo de dificuldade aparece na análise dos comportamentos dos eleitores, conforme se considera o eleitorado agregado (porque são as concentrações dos grandes números que determinam as possibilidades da formação do poder democrático) ou o eleitorado na sua singularidade e com as suas motivações individualizadas (que são circunstanciais e emocionais, dependentes da sua experiência mais recente). Na análise dos comportamentos eleitorais, ou se considera o padrão estabelecido pelo eleitorado como colectivo, ou se explora a motivação individualizada resultante das expectativas formadas pela subjectividade que é cada eleitor.

Sendo o primeiro a ser publicado, *Modelos de Comportamento Eleitoral* é também a base teórica que será utilizada nos outros dois volumes. É uma síntese das posições teóricas estabelecidas para a análise das eleições, para a interpretação das motivações dos eleitores, para a flutuação das escolhas entre eleições e para a identificação de factores estruturantes que permitam simular comportamentos eleitorais futuros. A divisão dos capítulos estabelece a diferenciação de três modelos básicos — o modelo sociológico do voto¹ (que parte das posições sociais e das clivagens entre padrões ideológicos e entre

¹ Paul F. Lazarsfeld, *The People's Choice*, Columbia University Press, 1988; Seymour Martin Lipset, *Political Man, the Social Bases of Politics*, Anchor Books, 1963, e *Consensus and Conflict*, Transaction Publishers, 1985; Seymour Martin Lipset e Stein Rokkan, *Party Systems and Voter Alignments*, Free Press, 1967; Arend Lijphart, *Patterns of Democracy, Government Forms and Performance in Thirty-Six Countries*, Yale University Press, 1999;

sistemas de objectivos para interpretar as escolhas eleitorais), o modelo sociopsicológico² (que parte da formação de expectativas e das relações de lealdade de grupo estruturadas na socialização primária, combinadas com a organização da informação relevante sobre as possibilidades políticas, para interpretar a decisão eleitoral) e o modelo da escolha racional, ou modelo económico do voto³ (onde o eleitor analisa a oferta de alternativas de voto em função da sua curva de preferências de políticas públicas, como um investidor que avalia aplicações alternativas para o seu capital: se as curvas de preferência podem ser influenciadas pela posição social ou pelas lealdades de grupo, a decisão final é calculista e em cada eleição, seja para punir ou para premiar, a escolha é conjuntural e motivada pela expectativa das preferências de cada eleitor) — que são utilizados para estabelecer a localização dos eleitores no referencial esquerda-direita e para interpretar as suas escolhas de identificação (e de fidelidade) em relação aos partidos.

Qualquer destes três modelos tem capacidade para gerar informação que permite identificar e interpretar comportamentos eleitorais e, nesse sentido, nenhum pode ser liminarmente rejeitado. No entanto, os três estão centrados na óptica do eleitor, e não na óptica do eleitorado. A unidade de análise que consideram é o sujeito eleitor (com os seus referenciais de posição social, de motivações e de expectativas ou de racionalização dos seus interesses), e não o colectivo eleitorado (mas os resultados eleitorais relevantes, os que determinam a formação do poder, são gerados pelos grandes números, pelas concentrações dos votos individuais). Por outro lado, estes modelos não são combináveis, mesmo quando têm efeitos semelhantes: o eleitor «sociopolítico», fixado em clivagens políticas que foram estruturadas nas condições do passado, não é idêntico ao eleitor «psicopolítico», que estabelece as suas motivações em função dos grupos em que se integra e que configuram a sua percepção das possibilidades políticas, nem é idêntico ao eleitor «racional», que avalia a sua intenção de voto em função da sua escala de preferências nesse preciso contexto em que as eleições se realizam.

Stein Rokkan, *Citizens, Elections, Parties: Approaches to the Comparative Study of the Processes of Development*, McKay-University Press, 1970.

² Angus Campbell, Philip E. Converse, Warren E. Miller e Donald E. Stokes, *The American Voter*, University of Chicago Press, 1980 (ed. original de 1960); Warren E. Miller e J. Merrill Shanks, *The New American Voter*, Harvard University Press, 1996; Ian Budge, David Robertson e Derek Hearl, *Ideology, Strategy and Party Change: Spatial Analysis of Post-War Election Programmes in 19 Democracies*, Cambridge University Press, 1987.

³ Anthony Downs, *An Economic Theory of Democracy*, Harper Collins Publishers, 1957, e *Political Theory and Public Choice*, Edward Elgar Publishers, 1998; Ian Budge, Hans-Dieter Klingemann, Andrea Volkens, Judith Bara e Eric Tanenbaum, *Mapping Policy Preferences: Estimates for Parties, Electors, and Governments 1945-1998*, Oxford University Press, 2001.

A questão que aqui se coloca é a da comparação da eficácia relativa dos modelos de base individual (como estes são, o que justifica a sua utilização nos métodos de inquérito de análise dos comportamentos dos eleitores) e dos modelos de base agregada ou ecológica (que considera a configuração do eleitorado em grandes segmentos, que são as suas unidades de análise, e não cada eleitor). Os primeiros encontram um obstáculo que é dificilmente superável: estão mais dependentes do passado (da experiência que estrutura o horizonte de reflexão de cada eleitor) do que do presente perspectivado em função do futuro (que é mais determinado pelo efeito de agregação em grandes grupos do que pela vontade individual). Nesta perspectiva, teria sido útil que fosse considerado também um modelo de outro tipo, que foi apresentado por Giovanni Sartori⁴, que combina o formato do sistema partidário (número e localização dos partidos, estruturando a oferta eleitoral) com a distribuição do eleitorado (que define o perfil da procura eleitoral, com padrões diferentes, conforme a sua distribuição é normal de concentração no centro, é bilateral de dupla hegemonia, é assimétrica de pólo dominante ou é descontínua, onde há um ou mais segmentos do eleitorado que se referenciam a partidos «exteriores» ao sistema democrático pluralista). A inclusão deste tipo de modelo teria permitido fazer uma comparação mais pormenorizada das vantagens e das limitações de cada um dos três que foram escolhidos.

A partir dos modelos que considera, André Freire explora as suas implicações na padronização dos comportamentos eleitorais. No modelo sociológico articulam-se as características geográficas e sociais de cada circunscrição eleitoral com os resultados eleitorais obtidos, incluindo a interpretação da propensão para a abstenção (que será menor em contextos de crise, nos grupos de idade superior e de maior nível de instrução, e que será maior nos períodos de estabilidade, em contextos de eleições pouco competitivas e de oferta partidária pouco diferenciada, em situações sociais de reduzida integração). Na medida em que as posições sociais agregam atitudes e formam segmentos do eleitorado (condicionando assim a composição do sistema partidário e as posições de cada partido), a identificação das clivagens políticas relevantes em cada sociedade e em cada época histórica é vital neste modelo. Se a estrutura dos diferendos na sociedade mudar, também os comportamentos eleitorais (com um desfasamento temporal por inércia ou por deficiência de informação) vão mudar de padrão.

No modelo sociopsicológico, o ponto crucial é a formação da identificação partidária que resulta do processo de socialização política. Esta identificação partidária tem uma componente emocional, de lealdade de grupo ou de mera simpatia pessoal, que diferencia estes comportamentos eleitorais tanto

⁴ Giovanni Sartori, *Parties and Party Systems: a Framework for Analysis*, Cambridge University Press, 1976.

do modelo sociopolítico (com as suas clivagens) como do modelo racional (com os seus cálculos dos interesses). É um modelo que obriga à singularização de cada eleitor, de cada sociedade, de cada sistema de partidos, de cada legislação eleitoral e de cada contexto em que se disputa cada eleição, porque todas estas indicações são necessárias para analisar a intensidade das afectividades. É por isso que as duas categorias centrais deste modelo são o desvio e o realinhamento, ou seja, eleições que se afastam do esperado ou do normal e eleições de retorno ao padrão canónico.

No modelo racional ou económico do voto, a questão crítica é a da organização e tratamento da informação necessária para se estabelecer a curva de preferência de cada eleitor em relação às políticas públicas e à sua avaliação da capacidade dos candidatos para aprovarem e concretizarem essas políticas públicas preferidas. Se as ideologias e as clivagens políticas ou as simpatias dos eleitores são configuradoras da informação (porque a simplificam em moldes predeterminados), deverá reconhecer-se (o que não acontece no livro aqui analisado) o papel estratégico dos configuradores da opinião pública, que, tal como acontece nos mercados financeiros, têm uma importância considerável na revelação ou na ocultação de informação relevante para fazer a avaliação racional das escolhas eleitorais. De modo idêntico ao que se verifica nos mercados financeiros, a complacência ou a cumplicidade dos analistas (e jornalistas) que produzem e organizam a informação sobre os «mercados» políticos podem criar exuberâncias irracionais onde era suposto estar a observação racionalizada da verdade efectiva das coisas⁵.

Depois de apresentados os modelos básicos, André Freire analisa dois temas específicos: a abstenção e a mudança das clivagens relevantes. No modelo sociopolítico, a abstenção é interpretada em função da posição social (nível de instrução, idade, grau de socialização política, integração em organizações profissionais, grau de centralidade económica) e da intensidade da crise política no contexto em que se realizam as eleições. No modelo sociopsicológico, a abstenção é função da atractividade das eleições: o seu grau de competitividade, o interesse da campanha eleitoral, a importância do resultado eleitoral e a percepção da eficácia política do voto. No modelo da escolha racional do voto, a abstenção é explicada pela indiferença, por uma avaliação negativa da legitimidade do sistema político ou pelo cálculo do modo mais eficaz de obter um certo resultado político sem ter de violar convicções pessoais.

⁵ Georges Balandier, *Le pouvoir sur scènes*, Éditions Balland, 1992; Giovanni Sartori, *Homo Videns, la Sociedad Teledirigida*, Taurus, 1998.

A mudança das clivagens políticas é um tema associado à volatilidade eleitoral. Se mudam os referenciais e os conteúdos da conflitualidade política, vão mudar os objectivos dos eleitores, mas não há a garantia de que as posições e propostas dos partidos e dos protagonistas políticos mudem ao mesmo ritmo, o que coloca dificuldades para o discurso político e para a transmissão da informação política. Neste ponto, as sugestões de André Freire são tímidas e, sobretudo, estão datadas (são anteriores à alteração das clivagens políticas gerada pela passagem para o padrão de modernização da globalização competitiva e pela passagem da época da regulação de espaços para a época da regulação de fluxos, pondo em causa os poderes tradicionais do Estado nacional na Europa, da soberania política e monetária, do poder proteccionista e do poder distributivo), para além de manterem uma perspectiva estruturo-funcionalista de retorno ao equilíbrio (ao admitir que as mudanças das clivagens relevantes ainda poderão ser reconduzidas e integradas nos padrões políticos conhecidos). De facto, André Freire estabelece a interpretação do que serão as novas clivagens em função de três eixos que hoje estão subordinados a condicionamentos mais gerais: materialismo e pós-materialismo (dos critérios da subsistência e do crescimento económico para os critérios do bem-estar, do distributivismo igualitário e da individualização), emprego no sector público e no sector privado (critério da segurança oposto ao critério do risco), consistência do sistema de valores (critério das normas colectivas contra o critério individualista).

Na parte final deste texto, André Freire sugere duas novas agendas de investigação: o efeito das instituições políticas no comportamento do eleitorado e a análise das escolhas eleitorais nos referendos para as comparar com os padrões obtidos nas outras eleições. Mas insiste na necessidade de se obterem esclarecimentos individualizados através do método de inquéritos, considerando que os dados agregados que aparecem nos resultados eleitorais não são satisfatórios para interpretar os comportamentos eleitorais.

No segundo livro aqui considerado, André Freire e Pedro Magalhães exploram em pormenor o tema da abstenção, agora no quadro do projecto em desenvolvimento no Instituto de Ciências Sociais «Comportamento eleitoral e atitudes políticas dos portugueses numa perspectiva comparada». Retomam os modelos antes apresentados por André Freire, mas agora testando-os com os valores das eleições portuguesas. É natural que, na passagem para um tema concreto, os modelos teóricos revelem as suas limitações ou que o tema concreto evidencie uma complexidade que não é controlável por qualquer dos modelos escolhidos, e os autores reconhecem que «nem o modelo sociológico nem o modelo sociopsicológico dão conta destes fenómenos, nomeadamente da ‘abstenção política’». Por um lado, a estabilidade das determinações sociológicas (nível de recursos e de integração social), mas também das determinações psicológicas (interesse pela política, sentido

de eficácia política, sentido do dever cívico, identificação partidária), não permite dar conta de tantas e tão frequentes oscilações da participação eleitoral entre eleições. Aliás, grande parte dos indivíduos que votam regularmente e que se abstêm apenas em determinadas conjunturas são sujeitos com um elevado grau de integração que os torna capazes de um comportamento eleitoral mais sensível às conjunturas políticas [...] Mais, as fortes variações nos níveis de participação eleitoral que se verificam entre actos eleitorais do mesmo ou de diferentes tipos (autárquicas, europeias, legislativas, presidenciais, referendos), mas realizados em períodos temporais não muito distantes, não podem ser explicadas por factores sociológicos e psicológicos estáveis» (pp. 98-99). É neste quadro que definem a abstenção política como sendo «uma abstenção protagonizada por indivíduos com razoáveis níveis de recursos (materiais e educacionais) e com razoável nível de integração social, os quais assumem a abstenção como uma opção estratégica para mostrar o seu descontentamento com o funcionamento do sistema político e/ou com o partido com que mais simpatizam» (p. 98). Talvez as especificações para o que são os praticantes da abstenção política sejam demasiado exigentes e não é referido se este perfil foi detectado por inquérito, mas fica aberta uma pista para interpretar um «comportamento estratégico perante as eleições que não é explicável pelas características sociais dos indivíduos».

Contudo, é preciso ter em conta que as últimas eleições legislativas consideradas neste livro são as de 1999. Por isso, o traço principal identificado nos indicadores disponíveis, que é o crescimento continuado da abstenção (embora influenciado pelas deficiências administrativas na correcção dos cadernos eleitorais) e que também é um crescimento mais rápido do que o que se encontra nas outras democracias europeias (o que já não pode ser interpretado como um efeito das deficiências administrativas), não vai encontrar confirmação no período seguinte. Faltou aos autores a informação que se obtém nas eleições legislativas de 2002 e 2005, onde a correcção dos cadernos eleitorais pode contribuir para explicar a estabilidade da abstenção em 2002 (interrompendo a taxa de crescimento), mas já não pode ser invocada para explicar a diminuição da abstenção nas eleições de 2005. Do ponto de vista da oportunidade da análise, o período escolhido não foi o mais relevante. Do ponto de vista do objecto da análise, esta alteração na curva da abstenção confirma a delicadeza da escolha do foco de observação, o ponto ou o movimento, uma eleição ou uma série de eleições. A diminuição da abstenção em 2005, depois de já se ter esgotado o efeito da correcção dos cadernos eleitorais nas eleições de 2002, confirma a hipótese de que uma percepção mais nítida da crise política tem como efeito o aumento da participação eleitoral.

Sendo um livro dedicado ao tema da abstenção, esta tem um tratamento mais aprofundado tanto em termos da realidade portuguesa (explorando a distinção entre abstenção oficial e abstenção real, deduzindo esta dos elemen-

tos dos censos para quantificar a população em condições de ser eleitora) como em termos comparativos dos indicadores portugueses com os de outras democracias (não se encontrando diferenças significativas, a não ser na rápida taxa de crescimento na abstenção portuguesa até às legislativas de 1999, só comparável com o caso da Alemanha, que, por sua vez, é influenciado pelo efeito da integração da zona oriental), em termos da diferenciação dos tipos de eleições (com a distinção entre eleições de primeira ordem — legislativas e presidenciais — e de segunda ordem — autárquicas, regionais e europeias) e da especificidade dos referendos.

As conclusões gerais não são substancialmente diferentes das que são previstas na literatura sobre eleições: a idade, a atitude política, a simpatia por um partido e o grau de confiança depositado nas instituições democráticas, a competitividade do contexto eleitoral, são factores que condicionam o valor da abstenção. Porém, apesar de referenciada como título de um capítulo, fica sem resolução conclusiva a questão do efeito da abstenção na determinação da vitória e da derrota em cada eleição. Para que este efeito exista é necessário que a abstenção seja assimétrica e que a localização do máximo dessa curva assimétrica varie com o tempo e com os contextos políticos. Para além disso, o efeito da abstenção, em termos de vitória e derrota, tem maior importância num sistema eleitoral de tipo proporcional e num sistema partidário com mais do que dois partidos, designadamente quando o objectivo é atingir uma maioria absoluta de um só partido (condição que os autores não salientam com o relevo merecido).

A análise da abstenção nos referendos de 1998 confirma que a abstenção não é homogénea, incidiu de modo assimétrico nos partidos proponentes (PCP e, sobretudo, PS) e nos partidos opositores (PSD e CDS/PP). Contudo, os autores mantêm as suas dúvidas quanto à possibilidade de clarificar a interpretação da evolução da abstenção nas eleições legislativas porque há muitos factores a controlar: «a entrada de novos eleitores, a morte de alguns eleitores, a transferência de votos entre partidos, as transferências entre a abstenção e o voto, transferências de votos que se anulam em termos líquidos — e a melhor maneira de o fazer é através de inquéritos de painel» (p. 106).

O terceiro livro aqui considerado, *Portugal a Votos: 2002*, é o mais complexo e o mais hesitante nas suas conclusões. Seria de esperar que fosse o mais sólido, na medida em que beneficia das indicações dos dois livros anteriores e já pode utilizar os resultados da execução do projecto «Comportamento eleitoral e atitudes políticas dos portugueses numa perspectiva comparada». Todavia, a escolha das legislativas de 2002 para objecto central de análise, expressamente apresentadas como assinalando «o fim de um ciclo de governos monopartidários que durara quinze anos, assim como o regresso dos governos de coligação a Portugal» (p. 25), é um equívoco.

Estas eleições de 2002 foram disputadas num contexto de transição, em que a superfície dos acontecimentos encobria tensões, conflitos e instabili-

dades que não fazem parte da informação disponível para os eleitores e só são conhecidos de um grupo restrito de protagonistas políticos que não os revelam (porque é do seu interesse ocultá-los e não querem mostrar que os conhecem). Quando votavam, os eleitores não tinham acesso a informação económica adequada, não lhes foi apresentado o efeito e as perversões do funcionamento dos aparelhos partidários e das redes de influência e de cumplicidades, não lhes era descrita a distorção criada pelas relações de dependência entre protagonistas políticos. Estas múltiplas duplicidades e ambiguidades não apareceram (e continuam a não aparecer) no debate político, mas essa parte oculta era (e continua a ser) um espectro que assombra todo o sistema político. As eleições de 2002 não têm como resultado a resolução da crise que provocou a sua realização antecipada. O seu resultado efectivo foi ocultar essa crise originária com o manto da normalidade do funcionamento das instituições democráticas e dos procedimentos eleitorais, mas as tensões reprimidas iriam provocar uma nova antecipação de eleições em 2005. É nas eleições de 2002 que, pela primeira vez, se torna evidente o contraste entre as promessas da campanha eleitoral e o que virá a ser a descrição da situação real pelos que vão exercer o poder após estas eleições anómalas — e exactamente o mesmo procedimento irá ser repetido no contexto das eleições de 2005.

Por outro lado, este livro também é o que tem um maior número de colaboradores (três coordenadores e nove participantes), o que terá contribuído para a perda de unidade na perspectiva de observação escolhida, acentuando as perplexidades que cada um revela nas suas análises individuais. Reconhecendo que os modelos teóricos usados não têm potência para controlar a complexidade do caso português (em parte porque o caso português é constituído por dois planos, um superficial e outro oculto, o que este tipo de modelos não pode revelar nem esclarecer), estas análises têm a virtude de mostrar isso mesmo, ou seja, de confirmar que essa complexidade não pode ser compreendida apenas com a utilização dos indicadores visíveis na superfície (e menos ainda o poderia ser através do método dos inqueritos, que seriam aplicados a eleitores que não têm acesso a informação relevante e apenas podem expressar o problema, não podem formular a solução).

O ponto de partida deste livro é um equívoco, porque as eleições de 2002 não finalizam o ciclo de governos monopartidários para abrirem um ciclo de governos de coligação. Em 2005, mais uma vez com eleições antecipadas, há uma nova maioria absoluta de um só partido e há redução da abstenção — duas surpresas no quadro dos modelos aqui utilizados. A pergunta que é colocada no início desta pesquisa — «por que razão não terá conseguido o PSD tirar maior proveito do desempenho económico decepcionante do governo socialista nos dois anos anteriores» (p. 30) — é inadequada, porque os eleitores votaram sem terem acesso à informação suficiente, menos ainda

à informação relevante. E não é de excluir que, mesmo que a tivessem, preferissem ignorá-la, porque assumi-la em todas as suas consequências implicaria a derrocada das ilusões com que estruturaram as suas expectativas e os seus estilos de vida desde a fundação do regime democrático.

As conclusões deste livro são uma lista de perplexidades, mas mais interessantes do que seriam as afirmações convencionais de que os procedimentos democráticos e, em primeira linha, as eleições livres e periódicas encontram sempre a solução para as crises políticas. Os dois temas que se salientam nas conclusões são a «tendência geral de crescente importância dos factores de curto prazo na explicação das opções de voto em detrimento de outros factores de longo prazo como a classe social, a religiosidade, a sindicalização e a identificação partidária» e «as atitudes gerais dos cidadãos em relação à esfera política na tendência de um mal estar crescente, sentimentos de desconfiança política, indiferença, descontentamento e insatisfação em relação às instituições e aos detentores de cargos políticos» (p. 363). Onde estas características se verificarem, os modelos teóricos adoptados (o modelo sociológico, o modelo sociopsicológico e o modelo da escolha racional) perdem condições de aplicação porque os seus pressupostos não são satisfeitos. São modelos que pressupõem um padrão estável nas racionalizações políticas e da integração social e política dos eleitores, estudando os desvios em relação a essa normalidade e identificando as medidas que permitem corrigir as anomalias. Porém, quando os comportamentos anómalos se tornam mais frequentes do que os comportamentos esperados, estes modelos produzem mais perplexidades do que respostas conclusivas.

A democracia dá-se mal com as crises persistentes e com as manifestações de violência, porque umas e outras são o que é suposto não acontecer onde houver regulação democrática. Quando produz estes contextos anómalos, a democracia enfrenta o que é impensável e irresolúvel nos seus termos e com os seus dispositivos, porque em democracia só se pode escolher entre o que já existe, não pode haver escolha fora dos partidos existentes, os únicos que têm legitimidade para serem veículos para o poder — e a formação de novos partidos, sendo difícil, não é garantia de que não se irão reproduzir as características dos partidos já conhecidos —, do mesmo modo que só se pode trabalhar com a arquitectura institucional existente — já que as revisões constitucionais são, deliberadamente, dificultadas através da exigência de maiorias qualificadas. A democracia é a sua própria narrativa, não tem espaço para inovação que não seja por mutação endógena.

Pelas mesmas razões, as teorias e os modelos da democracia têm dificuldade em detectar e interpretar aquilo que resultar das deficiências de funcionamento dos dispositivos de regulação democrática. Se, como lembrava Paul Valéry, as civilizações são mortais, também os dispositivos sociais, incluindo o metadispositivo que é a democracia, podem ter uma disfuncio-

nalidade perversa que torna o metadispositivo incontrolável — e isso só é detectável por quem se colocar numa perspectiva exterior à normalidade prevista, por quem aceitar procurar os sinais de perversão nos protagonistas políticos, nos aparelhos políticos, nas redes de influência e, por extensão e por dinâmica infecciosa, nos próprios eleitores. A democracia continua a ser a sua própria narrativa mesmo quando está a conduzir ao seu colapso.

A perplexidade dos autores, compreensível porque se colocam numa perspectiva interior à normalidade democrática formal, é confirmada quando observam os comportamentos eleitorais na perspectiva dos eleitores. Por um lado, encontram um elemento estruturante e estabilizador do comportamento eleitoral em Portugal na capacidade dos cidadãos para se posicionarem numa escala ideológica esquerda-direita e para compreenderem as orientações ideológicas dos partidos em termos dessa mesma escala. Por outro lado, a incapacidade (ou relutância) dos principais partidos para polarizarem o eleitorado com base em afinidades e lealdades socialmente determinadas deixa aos eleitores portugueses uma aparente liberdade para exercerem o seu direito de voto como forma de responsabilização dos governos, dos partidos e dos seus líderes em função do que verificam ser o seu desempenho efectivo. No entanto, «como mecanismo de representação — destinado a permitir que os eleitores optem por forças políticas que, uma vez eleitas, venham, provavelmente, a defender as suas posições de fundo quanto a questões ideológicas pertinentes e controversas —, o voto nas eleições legislativas em Portugal parece ser, em última análise, um instrumento inexpressivo e inoperante» (p. 366).

Esta ambiguidade pode ser interpretada como o resultado não controlado da metodologia dos inquéritos. Quando os inquiridos se localizam no referencial esquerda-direita e classificam os partidos nessa mesma escala, estão a projectar imagens ideais e auto-reflexivas: é nesses termos que gostam de se imaginar e que querem imaginar os partidos. Quando se trata de votar, porém, esses imaginários são substituídos pelo cálculo dos interesses, esbatendo-se a referenciação aos valores. Do mesmo modo, quando se trata de exercer o poder, aqueles que foram eleitos têm de enfrentar as dificuldades colocadas pelos problemas concretos e a sua preocupação de reprodução do poder suplanta as suas vinculações aos sistemas de valores. A ambiguidade não está nesta passagem das imagens aos interesses e das proclamações ao exercício do poder. A ambiguidade está na utilização de uma metodologia que se fixa nas imagens e dos discursos normativos e ignora a realidade efectiva das coisas com que a política opera. Compreende-se (e louva-se) que os autores revelem a sua rejeição do que observam: «existem numerosos indícios de que em Portugal — precisamente ao contrário do que está a acontecer em muitas democracias industrializadas — as avaliações negativas da qualidade da democracia se traduzem, não no aumento da acção política na defesa da reforma das democracias, mas sim em

sentimentos generalizados de frustração, impotência, passividade, alienação e aquiescência» (p. 368). Mas a compreensão e o louvor não anulam o facto de esta ser uma posição idealista, que se fundamenta em valores mas ignora o que deveria ser o único objecto de análise, a política.

Nestes termos, a verdadeira conclusão deste terceiro livro poderá ser apresentada, nas palavras dos autores, como a expressão do seu desejo de retorno ao ponto de partida: «precisamos de compreender melhor como é que chegámos ao ponto em que nos encontramos hoje, quer em termos de comportamento eleitoral, quer em termos de atitudes políticas» (p. 368), como se reconhecessem que o caminho que percorreram não os conduziu onde esperavam chegar.

O facto de ter de se voltar ao ponto de partida depois de um longo esforço de análise (mais vasto do que os três livros aqui considerados) não deve ser interpretado como uma avaliação negativa do caminho percorrido. Pelo contrário, as indicações obtidas, mesmo quando os resultados não são satisfatórios, são preciosas para se poder progredir com mais segurança e usando perspectivas e instrumentos analíticos com maior poder de penetração, que possam ir para além da superfície. As notas que se seguem procuram ser um contributo para as próximas etapas.

Uma primeira sugestão coloca-se ao nível mais geral dos modelos de análise. Antes de se adoptarem modelos de análise é útil reflectir sobre o que são as suas características essenciais, na medida em que isso determina o que se poderá obter com eles. A dificuldade colocada pelos modelos estruturo-funcionalistas está no facto de terem como pressuposto central a existência de uma linha ou de um padrão de equilíbrio que constituem a propensão natural das sociedades, pelo que as finalidades últimas do tratamento analítico seriam, por um lado, a identificação dos factores de desvio a essa linha ou a esse padrão ideais e, por outro lado, o cálculo da medida desse desvio para determinar os procedimentos adequados à correcção da anomalia. O estruturo-funcionalismo é um normativismo que coloca o padrão de ordem no primeiro plano e referencia os acontecimentos em função do seu afastamento e da sua reintegração nesse padrão de ordem, assumindo como hipótese central que os dispositivos automáticos de regulação operam com eficácia para neutralizar os desvios persistentes e que os desvios temporários não são cumulativos. Todos os modelos deste tipo não são sensíveis aos desvios gerados pela perversão dos comportamentos ou pelas distorções provocadas pela difusão de ilusões, pela formulação de promessas que não podem ser realizadas e pela consequente criação de sentimentos de vitimização e de ressentimento. E também não têm flexibilidade suficiente

para reflectirem sobre as grandes transformações, na medida em que estas implicam, pela sua natureza, o desmoronamento do padrão de ordem que estiver estabelecido.

A dificuldade colocada pelos modelos hegeliano-marxistas está no facto de terem como pressuposto que o sentido da história determina que a trajectória das sociedades se fará em curvas ascendentes assintóticas que se dirigem para a vizinhança de um ideal, onde se manterão eternamente, depois de consumado o fim da história porque desapareceram as razões da conflitualidade. Como estes modelos têm a resolução de todas as incógnitas no seu interior (com a excepção da incógnita da periodização, da determinação do momento em que a profecia se realiza), tornam-se retóricos e redundantes porque nada pode acontecer que não seja interpretável nos seus termos. São modelos de tipo transcendental, que não conseguem interpretar o efeito das violências cometidas com a finalidade de realizar esse ideal e não conseguem evitar o colapso do que foi construído institucionalmente para comandar a realização do ideal anunciado.

Para analisar temas como os comportamentos eleitorais são mais úteis modelos de flutuações cíclicas, como os de Weber, Schumpeter e Elias⁶. A realidade efectiva das coisas não é auto-equilibrada e sistemicamente regulada, mas também não é assintótica tendendo para um ideal, flutua em função da vitalidade e da maturação, do risco e da segurança, da capacidade de produção e da possibilidade de distribuição, sem nunca encontrar uma resolução definitiva. Os padrões de referência são temporários e o trabalho analítico não se limita à sua identificação, tem também de considerar os seus pontos de inflexão e as condições em que as mudanças de trajectória ocorrem. Uma sociedade e o seu sistema eleitoral não são homogéneos, são compostos por diferentes segmentos que estabelecem padrões de referenciação diferentes, embora coexistam em cada período considerado. A variável temporal é decisiva nestes modelos, mas também há temporalidades distintas que coexistem, como há códigos de modernização distintos em função das posições sociais e dos tipos de actividades exercidas.

Em especial, importa sublinhar as reflexões de Norbert Elias sobre a articulação entre o indivíduo e a sociedade, no sentido em que a configuração colectiva condiciona o que pode ser a margem de liberdade e a oportunidade de escolha de cada indivíduo. Em lugar de se partir da perspectiva individual

⁶ Max Weber, *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*, Routledge, 2001, e *Economy and Society: an Outline of Interpretive Sociology*, University of California Press, 1978; Joseph A. Schumpeter, *Capitalism, Socialism, and Democracy*, Harper, 1962; Norbert Elias, *The Society of Individuals*, Continuum, 2001, *The Civilizing Process: Sociogenetic and Psychogenetic Investigations*, Blackwell Publishers, 2000, *The Germans: Power Struggles and the Development of Habitus in the Nineteenth and Twentieth Centuries*, Polity Press, 1996, e *Norbert Elias par lui-même*, Fayard, 1991.

para depois se estabelecer o que é a sociedade, será mais eficaz identificar o que é o padrão social global — a configuração de cada época — para depois estudar o que são os intervalos de liberdade individuais. A escolha da perspectiva adequada para articular a liberdade individual com os constrangimentos da sociedade é especialmente importante nos processos eleitorais, porque cada eleitor está sujeito a uma escolha condicionada (os partidos que existem e os candidatos que se apresentam) e, embora todos os votos tenham o mesmo valor no momento em que são colocados na urna, a inclusão no grupo dos vencedores ou dos perdedores (com a expectativa de acesso a uma específica rede de influência no primeiro caso, com a percepção da marginalização e da exclusão no segundo caso) depende do que for a escolha de grandes segmentos do eleitorado — ou seja, é o colectivo que vai constituir o contexto relevante que explicita o significado da escolha individual. E, se esta indicação pode ser pouco nítida numa única eleição, a acumulação de experiência eleitoral tenderá a fazer integrar as escolhas individuais na antecipação de estar no grupo dos vencedores ou no grupo dos perdedores. É compreensível que entre as motivações dos eleitores esteja a de não ficarem sempre no grupo dos perdedores — o que pode ser suficiente para alterar os equilíbrios da eleição anterior para a eleição seguinte.

Os modelos adoptados são do tipo estruturo-funcionalista, mas algumas utilizações e derivações têm subjacentes concepções de tipo hegeliano-marxistas. A conjugação do normativismo dos equilíbrios com a profecia da necessária aproximação ao ideal não tem resultados positivos na análise das eleições, onde aparece registada a relação do eleitor com as frustrações que o real impõe⁷.

Uma segunda sugestão refere-se à opção a fazer entre a análise de valores agregados (os números eleitorais) e a análise com indicações individualizadas obtidas pela via dos inquéritos. Não é possível estabelecer um critério absoluto neste tema, na medida em que haverá análises de pormenor que serão mais consistentes se forem feitas por inquéritos individualizados, do mesmo modo que algumas hipóteses interpretativas gerais ganham peso se puderem ser confirmadas através de inquéritos. Porém, se a falácia ecológica não permite que se deduzam indicações individualizadas de valores agregados, também há uma falácia na utilização de indicações individuais (geralmente racionalizações que reflectem construções imaginárias dos inquiridos) para interpretar comportamentos colectivos. Em especial, as respostas individuais a inquéritos ocultam o efeito principal das eleições, que é a formação de grandes agregados que vão determinar a medida da legitimidade e a composição do poder. Mesmo que não

⁷ Esta também é a dificuldade que se encontra em Pierre Bourdieu, que, partindo de Weber e sendo directamente inspirado por Elias, restringe a análise das flutuações quando lhe impõe uma hiper-racionalização pela via do exercício da dominação.

houvesse nenhuma distorção na reconstrução imaginária das motivações individuais que aparece nas respostas em inquéritos, continuaria por esclarecer aquilo que é mais importante no processo eleitoral, a formação dos grandes agregados.

O critério de opção entre valores agregados e valores individualizados estará dependente do tipo de análise que se pretende realizar. Para estudar uma eleição concreta recente, o inquérito é revelador, embora apenas no sentido monográfico, para esse caso concreto e para o seu contexto. Mas para analisar séries de eleições e as correspondentes flutuações do eleitorado o inquérito é pouco eficaz porque o efeito de imaginação, que interfere necessariamente nas respostas (e até nas perguntas), tenderá a ser maior à medida que as circunstâncias de cada eleição vão ficando mais distantes. Será possível, evidentemente, comparar sucessivos inquéritos para sucessivas eleições e comparar a série dos resultados eleitorais com a série dos inquéritos. Mas a necessidade de estabelecer estas comparações confirma que os dados individuais têm de ser tratados com precaução. Pelo contrário, as curvas dos resultados eleitorais, com as suas distribuições pelos vários partidos, revelam padrões de oscilação que não poderiam ser identificados pela via dos inquéritos, mesmo que houvesse informação individualizada detalhada para cada eleição. Cada inquérito, feito antes ou depois de cada eleição, é influenciado pela incerteza ou pelo conhecimento desses resultados e, em qualquer caso, tem uma distorção subjectiva da parte dos inquiridos. De modo muito diferente, as curvas dos resultados eleitorais, com as suas referências aos partidos e aos candidatos, permitem identificar os segmentos em que o eleitorado se configura — e não será surpreendente que não haja sobreposição entre a distribuição real do eleitorado e o que aparece nos inquéritos quando se estabelece a referência dos eleitores no eixo esquerda-direita.

Se não é possível ter uma resposta definitiva para as vantagens e inconvenientes das análises agregadas dos resultados eleitorais e das análises individualizadas dos eleitores por inquérito, é possível argumentar que a utilização exclusiva de um dos métodos não é uma solução adequada. E, mesmo que se possam usar os dois métodos sem limitações, há uma restrição que deve ser satisfeita: a prioridade deverá ser dada à análise dos resultados agregados, porque este é o dado material a que todas as outras informações se subordinam.

A terceira sugestão incide na questão da abstenção. A indicação mais importante é a de que a abstenção não é homogénea, não se distribui igualmente por todos os segmentos do eleitorado e varia com os contextos eleitorais. A abstenção tem sempre a mesma designação, mas não tem sempre a mesma composição: o número não é o conteúdo. Neste sentido, há uma história das eleições e também há uma história, ou uma dinâmica, da abstenção. Na nomenclatura de Hirschman⁸, a abstenção é uma opção de

⁸ Albert O. Hirschman, *Exit, Voice and Loyalty: Responses to Decline in Firms, Organizations, and States*, Harvard University Press, 2006.

saída pela via do silêncio, mas não tem de ser uma quebra de lealdade em relação ao regime democrático, na medida em que o abstencionista numa eleição pode voltar a ser eleitor noutra. E esta opção pelo silêncio ainda pode ser uma expressão de lealdade: o descontentamento com um partido ou um candidato não tem de implicar a passagem para outro partido ou candidato, a abstenção pode ser a resposta leal de quem quer manifestar o seu desagrado sem aceitar transferir a sua identificação partidária. Porém, este silêncio eleitoral pode ter consequências estratégicas decisivas, designadamente quando está em causa a obtenção de uma maioria absoluta de um só partido num sistema eleitoral que não é favorável a esse resultado (como acontece com todas as leis eleitorais proporcionais em sistemas partidários com mais de dois partidos). A obtenção desse resultado anómalo (em doze eleições parlamentares em Portugal, três geraram maiorias absolutas de um só partido e mais duas ficaram na vizinhança da maioria absoluta, apesar da legislação eleitoral e do número de partidos) não é independente da abstenção e, mais exactamente, da flutuação da abstenção entre os diversos segmentos do eleitorado.

Esta importância da abstenção como silêncio do eleitor reforça a dúvida sobre a eficácia dos inquéritos para a interpretação da dinâmica eleitoral, na medida em que essa opção pelo silêncio poderá repetir-se na resposta a inquéritos, seja na modalidade da não-resposta, seja pela ocultação da escolha da abstenção. A abstenção pode ser uma opção pela comodidade, mas também pode ser uma escolha política sofisticada. Todavia, a abstenção é um silêncio demasiado relevante para poder ficar sem análise detalhada. Em especial, é necessário procurar estabelecer a relação que existirá entre a violação dos compromissos programáticos por parte dos partidos, sobretudo quando no exercício do poder, e o aumento da abstenção nos seus anteriores eleitores quando, na próxima oportunidade eleitoral, estes se sentem defraudados na sua confiança e nas suas expectativas.

A quarta sugestão dirige-se ao paradoxo da «excepção frequente»: a existência de maiorias absolutas de um só partido num sistema eleitoral e num formato do sistema partidário que não favorecem esse tipo de resultado. Este é um exemplo de como o eleitorado pode autonomizar-se da vontade das elites políticas e ultrapassar as barreiras que estas colocaram para conservarem o seu domínio sobre a composição do poder. De facto, onde o eleitorado não puder atribuir o poder sem ambiguidades, terão de ser os dirigentes partidários a preencher esse vazio de modo a estabelecerem uma plataforma de exercício do poder, deixando aos eleitores apenas o poder de oferecerem sinais indicativos, mas não vinculativos. Esta foi a racionalização que presidiu à escolha do sistema eleitoral proporcional em Portugal, ainda que depois lhe fosse sobreposta a racionalização de que se pretende proteger os pequenos partidos e as correntes minoritárias da opinião pública. A revolta

do eleitorado, fazendo acontecer maiorias absolutas de um só partido, ou ficando tão perto desse resultado que só por acidente não é atingido, e fazendo-o com dois partidos diferentes, mostra que a dinâmica do recenseamento universal não é susceptível de ser contida pelos diques da legislação eleitoral e pelos corporativismos fechados das elites políticas.

No entanto, a frequência com que se obtém o que não deveria acontecer e, tendo acontecido por excepção, não deveria repetir-se obriga a interpretar os movimentos do eleitorado mais em função da evolução da realidade (isto é, dos resultados concretos do exercício do poder) do que em função da relação dos eleitores com as ideologias ou em função das identificações partidárias dos eleitores. A concentração dos eleitores para formarem maiorias absolutas de um só partido não é um traço originário do sistema político português, tal como este se manifesta nas eleições de 1975, mas vai sendo mais provável à medida que o eleitorado acumula experiência — até que ficam seleccionados dois partidos com vocação de maioria, que também são os que podem aspirar a obter a maioria absoluta isolados. Este resultado é um produto específico do eleitorado e resulta da agregação dos eleitores em segmentos, e só porque existem estas concentrações é que a intenção de cada eleitor encontra a condição de concretização.

Quando cada eleitor decide mudar em relação ao seu voto anterior não sabe se a sua opção vai ter efeitos práticos, pois estes dependem da concentração de outras decisões idênticas de muitos outros eleitores, dependem da formação de um segmento eleitoral significativo. Só saberá na noite das eleições se estava acompanhado nessa sua escolha porque não há «assembleias gerais de eleitores» para combinarem uma acção conjunta. E, quando sabe, já não pode corrigir o resultado. Porém, a repetição das eleições constitui uma base experimental que oferece aos eleitores informação suficiente para preverem o que será o comportamento eleitoral dominante, o que é que vão escolher muitos outros eleitores — e que a campanha dos partidos dificilmente poderá alterar. É neste ponto que aparece a relevância da marcação de eleições antecipadas. A escolha da data para essa medida excepcional, que só pode ser decidida pelo Presidente da República (em Portugal, contudo, em doze eleições parlamentares, seis foram antecipadas), não tem de estar associada com a intensidade da crise política, mas terá de respeitar a percepção de que, com elevado grau de possibilidade, o eleitorado tem a intenção de mudar o seu voto anterior. Neste sentido, a autonomia dos dirigentes partidários aparece muito limitada, condicionada, por um lado, pelas emoções do eleitorado e, por outro lado, pela periodização das eleições pelo Presidente da República. Um resultado excepcional — a maioria absoluta de um só partido com uma lei eleitoral proporcional e com mais de dois partidos com representação parlamentar — e uma circunstância excepcional — a antecipação de eleições — estão, afinal, inter-relacionados por lógicas

que não se detectam quando se observa apenas a superfície formal dos acontecimentos políticos ou quando se analisa o comportamento dos eleitores pela via do inquérito.

A quinta sugestão incide sobre um tema mais complexo, no duplo sentido de ser mais indefinido (porque está em permanente mudança, sobretudo em contextos de mudança do padrão de modernização e de organização do sistema de relações internacionais) e de ser um alicerce central na análise dos comportamentos eleitorais (porque estes, qualquer que seja o modelo que se escolha, estão dependentes do modo como os eleitores identificam a sua posições, os seus interesses e o conteúdo dos problemas políticos ou dos diferendos que estruturam a conflitualidade política). Esta quinta sugestão refere-se ao tema das clivagens políticas. Não será difícil mostrar que as clivagens tradicionais estão superadas — mas, mesmo assim, não se pode ignorar que o efeito de memória não é uniforme em todos os segmentos do eleitorado e que mesmo clivagens superadas (como a conflitualidade religiosa) podem ter mutações que as fazem reaparecer no primeiro plano, ainda que em novas formas. Muito mais difícil é determinar o que serão as novas clivagens relevantes quando estas ainda estão em formação e não criaram raízes em grandes grupos do eleitorado. O que os responsáveis políticos e analistas podem identificar como relevante para a decisão política e para a formação dos problemas políticos demora tempo a ser assimilado pela sociedade e, portanto, pelos grandes grupos do eleitorado. Estabelece-se, assim, uma ambiguidade, ou até uma duplicidade, entre aquilo que os responsáveis políticos sabem e aquilo que expressam nos seus discursos e nas suas relações com o eleitorado.

Na perspectiva do século XXI, parece claro que clivagens como as que se estabeleceram entre os valores materialistas e os valores pós-materialistas, ou entre os interesses dos que trabalham no sector público e os que trabalham no sector privado, não geram alternativas políticas consistentes. Elas são o resultado retardado de uma fase de transição nas sociedades ocidentais desenvolvidas, quando se considerava que a linha de evolução não apresentaria descontinuidades num futuro próximo e que as opções políticas se limitavam a mais ou menos do mesmo, centrando a atenção na fórmula distributiva. A evolução real não correspondeu a essa expectativa optimista das sociedades desenvolvidas e, em especial, das sociedades europeias. O futuro próximo, que é o actual presente, revelaria diferendos de tipo muito diferente do que era esperado pelos responsáveis políticos, pelos analistas e pelos eleitores. Estas novas clivagens políticas resultam da mudança do campo de acção política, da emergência de novos centros de poder e da decadência de centros de poder estabelecidos, não resultam da evolução das posições políticas das grandes famílias partidárias nem da racionalização dos interesses dos grupos sociais e dos eleitores.

Formam-se, assim, dois planos de manifestação das clivagens políticas. Há o plano material, aquele que é relevante para o êxito e para o fracasso

dos programas políticos, e há o plano subjectivo ou idealista, que é o plano em que se expressa a continuidade das posições partidárias e dos interesses sociais que vêm de um período anterior, de um outro sistema de diferendos e de conflitualidades. Não havendo correspondência entre as clivagens materiais e as clivagens subjectivas, é natural que também não haja correspondência entre o que são as escolhas eleitorais e o que vão ser os resultados concretos obtidos no exercício do poder. A relação eleitoral não é apenas a comunicação bilateral entre partidos e eleitores, é uma relação triangular em que o terceiro pólo é o real ou a realidade efectiva das coisas (mais potente do que as ideologias e as expectativas).

A análise dos comportamentos eleitorais não pode ignorar a frustração experimentada pelos eleitores quando encontram os efeitos desta incongruência entre as clivagens materiais (que não conhecem ou se recusam a reconhecer) e as clivagens subjectivas (que são as que aparecem reflectidas nas promessas dos discursos políticos e na base das quais formam as suas expectativas). A globalização põe em causa os poderes tradicionais do Estado nacional e fragmenta as sociedades em clivagens de tipo novo: proteccionistas e competitivos, produtores e consumidores, nacionalistas e integracionistas, sedentários e nómadas. O modelo social das sociedades desenvolvidas, entrando na sua fase de maturação, gera a crise do Estado-providência, estabelecendo clivagens entre segurança e risco, pensionistas e contribuintes, idosos e jovens, direitos adquiridos e sustentabilidade financeira. A questão orçamental traduz-se numa crise fiscal, criando clivagens entre a preferência pelo endividamento e a imposição da fiscalidade, entre a reprodução dos equilíbrios sociais estabelecidos e a negociação de pactos multilaterais que permitam estabelecer outros padrões de equilíbrios sociais. A crise do modelo de desenvolvimento, inerente à mudança do padrão de modernização no sentido da globalização competitiva, gera uma crise do modelo de orientação estratégica (que estava baseado nas clivagens tradicionais) e separa os que preferem a ordem dos que apostam no movimento, os que optam pela segurança dos que escolhem a inovação, os que defendem a segurança do estatuto dos que preferem a flexibilidade competitiva, os que esperam proteger-se com o dirigismo estatal dos que aceitam a incerteza da competição privada. Compreende-se que a intensidade destas mudanças deixe os eleitores perplexos, e isso terá de se reflectir nas análises dos que estudam os comportamentos eleitorais.

A sexta sugestão aponta para uma precaução que se deve ter sempre na análise dos assuntos políticos e que consiste em separar a dimensão superficial e formal das relações políticas daquilo que é a sua realidade profunda, que só pode ser deduzida pela interpretação de indicadores dispersos, pelas discrepâncias entre o que é anunciado e o que é realizado e pela exploração das manifestações de perplexidade dos eleitores, seja perante a evolução dos

indicadores ou perante a distância entre o que começa por ser prometido e o que é finalmente oferecido.

A superfície da normalidade democrática pode encobrir uma relação política real centrada na lógica distributiva e na formação de centros de poder e de influência, estruturados em rede, que são exteriores à legitimação democrática mas se servem dos que são seleccionados pelas eleições para funcionarem como veículos dos seus interesses. Se não são consideradas as duas dimensões, a superficial e a profunda, as perplexidades que se encontram no plano formal ficam sem resposta, porque esta só se encontra no plano da realidade efectiva das coisas. Nas sociedades onde a ligação entre estes dois planos é visível, o campo político e o campo real têm uma razoável aproximação e as trajectórias políticas que se afastem da linha anunciada tendem a ser corrigidas em prazos curtos. Nas sociedades onde a ligação entre o plano superficial e o plano profundo é deliberadamente encoberta, a racionalização formal serve de biombo para que racionalizações e estratégias não declaradas distorçam as trajectórias políticas sem que se explicitem publicamente o que impede a correcção dos desvios, que se tornam sistemáticos, entre a promessa e a realização.

Onde existir esta ocultação, a perplexidade do eleitorado e as frequentes oscilações do voto em busca de uma resposta satisfatória podem ser interpretadas como o resultado de uma deficiência de informação, mas têm na sua origem a intenção deliberada dos principais produtores de informação política — os agentes políticos, através dos seus discursos e dos seus programas — de não fornecerem, ou de ocultarem, a informação relevante. Há então uma perversão da relação democrática que se estabelece entre eleitos e eleitores, com cada parte a adoptar práticas que não podem ser formalmente reconhecidas: os candidatos fazem de conta que acreditam no que prometem e os eleitores fazem de conta que votam por convicção. Os primeiros sabem que ninguém de bom senso os obrigará a cumprir as promessas que fizeram. Os segundos sabem que o que apresentam como convicção não é mais do que a abreviatura para o que são os seus interesses. De facto, uns e outros estabelecem uma relação que fica dependente da satisfação das expectativas, um critério que não corresponderá à exploração controlada das possibilidades políticas onde a informação relevante não estiver disponível. Ou seja, a flutuação do voto, mesmo quando as eleições são antecipadas e se disputam num intervalo de tempo curto, não é uma volatilidade gerada pela volubilidade, mas é inerente ao desajustamento entre o plano superficial formal e o plano profundo real da política.

A sétima e última sugestão estabelece a síntese das sugestões anteriores na seguinte pergunta: haverá um discurso do eleitorado? O eleitorado é uma entidade, mas não é uma personalidade. Não se pode aplicar ao eleitorado o método de inquérito porque não há inquiridos representativos de uma enti-

dade que tem uma existência fugaz (existe por doze horas ou menos, o tempo de abertura das urnas) e que tem o ponto de máxima intensidade dessa existência fugaz no preciso momento em que se extingue, quando são anunciados os resultados eleitorais. Aliás, com a eficácia das sondagens à boca das urnas, é uma entidade cuja existência já perdeu o seu interesse antes mesmo de se chegar a esse ponto de máxima intensidade. Poderá esta entidade ser o sujeito que emite um discurso?

Numa acepção trivial, a expressão do eleitorado é o resultado das eleições, que é uma «frase» isolada mas não pode aspirar a constituir um discurso. Extinguindo-se no preciso momento em que se conhece a sua expressão, o eleitorado não pode ser interrogado sobre o sentido da sua expressão, que é apropriado pelos que a vão interpretar e traduzir em materialidade política. Haverá uma expressão posterior, mas estará subordinada às mesmas limitações e só acontecerá nas eleições seguintes. Expressando-se em «frases» isoladas, sincopadas, a possibilidade da existência de um discurso do eleitorado depende da capacidade para preencher estes intervalos, como se fosse a reconstituição de uma mensagem que foi distorcida por ruídos de interferência. Esta já não é uma acepção trivial, na medida em que o sentido da mensagem terá de ser consistente com as partes da mensagem que se conhecem objectivamente. O discurso do eleitorado é, assim, um trabalho de reconstituição que procura atribuir um sentido contínuo ao que foram as expressões descontínuas de uma entidade que não tem consciência própria mas reflecte, em cada oportunidade de expressão, sobre o que foi a sua experiência anterior e o que são as suas expectativas para o futuro.

O que se procura então é o padrão revelado pelas sucessivas eleições utilizando os elementos objectivos que são os resultados eleitorais. Se houver inquéritos individualizados, que sejam contemporâneos de cada uma dessas expressões do eleitorado, eles serão úteis para complementar os exercícios de interpretação, mas não podem sobrepor-se ao que são os resultados eleitorais efectivos. Para além disso, não devem ser usados inquéritos retrospectivos, na medida em que eles incorporam um efeito de reflexão dos inquiridos sobre os resultados que já conhecem, o que distorce a objectividade das suas declarações, não reproduz o que foi a sua atitude de escolha quando ainda estavam confrontados com a incerteza. Mas, mesmo que não haja estes elementos complementares de informação, só a observação da série de eleições permitirá encontrar o padrão gerador de sentido para o que então se poderá designar, com justificação, como o discurso do eleitorado.

No caso específico do discurso do eleitorado português, é possível identificar os traços estruturantes de um padrão significativo: a regular concentração do eleitorado em dois partidos dominantes; a regular oscilação do eleitorado entre esses dois partidos dominantes; a regular oscilação do silên-

cio do eleitorado, que é a abstenção, de modo a amplificar as oscilações na concentração eleitoral nos dois maiores partidos; a regular perda de relevância eleitoral dos outros partidos. E é possível utilizar estes traços estruturantes do padrão eleitoral português para interpretar o discurso do eleitorado como sendo um esforço continuado, com sucesso até às eleições de 2005, para evitar o reconhecimento da realidade: o eleitorado muda aparentemente para penalizar os que estavam a governar, mas, de facto, para tirar o poder aos que estão na vizinhança de reconhecerem que não conseguem governar (o que implicaria a emergência do real que antes se mantinha oculto) e para o transferir para os que prometem, na campanha eleitoral, que não será preciso alterar nada de essencial do que vem do passado (o que permitiria continuar a ocultar o real através da ilusão). Não é por acaso que as duas últimas eleições, a de 2002 e a de 2005, revelaram a curiosidade de os que ganham a eleição reformularem a base do programa com que foram eleitos logo que começam a exercer o poder. Como não é por acaso que os dois maiores partidos têm posições e atitudes estritamente (caricaturalmente?) simétricas conforme estão no poder ou na oposição. Se o discurso do eleitorado português tem como mensagem o desejo da continuidade da ilusão, os constrangimentos da realidade efectiva das coisas tornam cada vez mais curto o intervalo de tempo que conduz à desilusão.

Terminadas as sugestões que estes três livros motivaram, a síntese destas notas pode ser apresentada como estando centrada na escolha do plano de análise, o plano superficial das formas ou o plano profundo das realidades. Na perspectiva da sociologia da política, é a interpretação das condições expressas pelos diversos grupos sociais que determina o que podem ser as acções políticas, o que legitima uma posição analítica que parte das formas e das expressões literais desses grupos sociais para estudar as trajetórias políticas. De modo diferente, na sociologia política é necessário explorar simultaneamente o modo como os partidos e os protagonistas políticos são condicionados pela sociedade e pelos seus grupos de interesses e o modo como a sociedade, na expressão das suas expectativas e na formulação dos interesses dos seus grupos, é condicionada pelos partidos, pelos protagonistas políticos, pelos seus programas e pelos seus discursos. No essencial, estes três livros são exemplos de sociologia da política, mas a crítica e as sugestões que motivaram inserem-se na perspectiva da sociologia política⁹. Parecem perspectivas próximas, mas, de facto, permitem ver objectos de análise muito diferentes.

⁹ O texto de base para a distinção entre sociologia da política e sociologia política é Giovanni Sartori, «From the sociology of politics to political sociology», publicado em *Politics and the Social Sciences*, ed. por Seymour Martin Lipset, Oxford University Press, 1969.